

À QUELQUE CHOSE...

Raul Pilla

ST bem lembrado estou, o general de Gaulle manifestou, em certa época, preferência pelo sistema presidencial de governo. Das várias formas de democracia representativa, era a que melhor correspondia ao seu espírito, manifestamente inclinado ao cesarismo. E', pois, com surpresa, e agradável surpresa, que vejo consignadas no projeto de lei constitucional que o antigo chefe da Resistência arrancou a um parlamento atemorizado pela insurreição militar, disposições que não somente afastam o presidencialismo, mas também parecem consagrar o parlamentarismo verdadeiro.

Com efeito, a cláusula segunda do projeto estipula que o Poder Executivo e o Poder Legislativo devem ser efetivamente separados de modo que o Governo e o Parlamento assumam, cada um de seu lado e sob sua responsabilidade, a plenitude das suas atribuições. Isoladamente considerada, esta cláusula pareceria estabelecer o sistema presidencial, com a sua decantada independência dos poderes. Este é o dogma em que assenta o regime. Os três poderes são independentes e harmônicos — reza a nossa Constituição. A cláusula terceira, porém, completa e define melhor a reforma: o governo deve ser responsável diante do parlamento.

A separação efetiva dos dois poderes, a que se refere o projeto, somente pode ser a do sistema parlamentar, onde o poder executivo, depois de constituído pela confiança do parlamento, dêste se diferencia e separa tanto, que o pode dissolver, a fim de provocar o pronunciamento do eleitorado. Tal não era a situação, tanto na terceira, como na quarta República, onde não passava o gabinete de uma precária delegação da Câmara dos Deputados.

Bem podem, agora, regozijar-se os nossos abencerragens do presidencialismo. Tão natural e democraticamente imperioso é o sistema parlamentar de governo, que o recente golpe militar, desfechado da Argélia sobre a metrópole, só terá por consequência, no campo institucional, substituir o governo de assembleia, até agora vigente na França, por um verdadeiro governo parlamentar, como há muito vinham reclamando os mais esclarecidos políticos e publicistas do País. Esperava-se uma ditadura pessoal, mais ou menos constitucionalizada segundo os moldes presidenciais, e sai, justamente, o oposto dela.

E' certo que outras e grandes dificuldades subsistem e que não pode deixar de provocar reparos a maneira ditatorial, com que a reforma se fará. A nova constituição será antes outorgada por um soberano ocasional, do que livremente discutida e elaborada pelos representantes do povo. E ninguém sabe também como a receberão os reacionários, que estabeleceram o seu quartel general na Argélia, e como se poderá purgar o País do militarismo nele estabelecido. Mas, se de tudo resultar a instituição de um verdadeiro sistema parlamentar, como existe do outro lado dos Alpes, poderão os franceses repetir, ainda uma vez: à quelque chose malheur est bon.